



Jornal

BANCÁRIO

Em defesa da Previdência, Sindicato participa das mobilizações

REFORMA deixará milhões na MISÉRIA



A proposta de reforma da previdência apresentada pelo governo na verdade é um ataque fatal a todo o sistema de Seguridade Social brasileiro da forma como foi concebido na Constituição de 1988, público e solidário.

A reforma apresentada pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019 é baseada em uma argumentação que já foi desmentida pela CPI da previdência.

Portanto, as alterações que estão sendo propostas pelo Governo Federal irão acabar com a previdência.

O resultado será o seguinte: reduzirá os valores de aposentadorias, pensões e outros

benefícios, podendo destruir o sistema de proteção social, sem enfrentar os verdadeiros problemas que afetam as contas do sistema, como a sonegação, inadimplência e desvio de recursos através da DRU.

Por isso é indispensável que toda a categoria esteja mobilizada para defender a Seguridade Social e o combate às desigualdades que serão aprofundadas se a reforma for aprovada.

Neste sentido o Sindicato dos



Participação dos Bancários no ato em Dourados-MS



Diretores do Sindicato no ato em Campo Grande-MS



Participação de outras categorias no ato em Dourados-MS

Bancários de Dourados e Região-MS, está convocando toda a categoria e os trabalhadores em geral para participar das reuniões, atos e manifestações que ocorrerão nos próximos meses.

Neste mês de abril as atividades serão intensas, pretendemos estar presentes em todas as agências para convocar a categoria a se juntar a outros trabalhadores para fortalecermos a luta em torno da defesa da

previdência, disse o presidente do Sindicato em Dourados Ronaldo Ferreira Ramos.

No dia 22 de março de 2019, foi realizado vários atos em todo o país e os bancários de Dourados, representados pela diretoria do sindicato estiveram presentes nos atos realizados em Dourados na Praça Antônio João e, em Campo Grande, este promovido pelas centrais sindicais no Estado de Mato Grosso do Sul.

MEDIDA PROVISÓRIA DE BOLSONARO QUER ACABAR COM OS SINDICATOS



Editada no dia 1º de março, a MP 873 ameaça o funcionamento de entidades com mudanças bruscas e pré-acordadas que asseguram repasse de contribuição sindical dos trabalhadores filiados a uma entidade ou associação que representa uma categoria.

Tal medida, publicada às vésperas do carnaval pelo presidente Jair Bolsonaro altera a sistemática de contribuição sindical, o que numa análise prévia representa uma afronta à Constituição, na medida em que fere a liberdade e a autonomia dos sindicatos, inviabilizando-os sob o

aspecto administrativo-financeiro.

Entre as alterações impostas pela MP, ela exclui da Lei nº 8.112/90 o direito de o servidor ter descontado em folha o valor das mensalidades definidas em assembleia. A alternativa apresentada pelo governo é o pagamento das mensalidades via boleto bancário, opção que dificultará a cobrança a ser realizada pelas entidades e potencializará o risco de golpes contra os filiados, sobretudo contra os aposentados.

A MP em questão contraria o compromisso do Estado brasileiro perante organizações internacionais, como é o caso das Convenções 87, 98, 144 e 151, que estabelecem o diálogo social da livre negociação. Cabe ressaltar que a negociação coletiva e a liberdade sindical integram a Declaração da Organização

Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho,

Essa MP dificulta a sustentação e o financiamento dos sindicatos, ao instituir a cobrança do associado através de boleto bancário, em substituição ao desconto em folha, contrariando, além do artigo 8º, o artigo 5º da CF, que veda a "interferência estatal" no funcionamento de associações e cooperativas criadas na forma da lei.

A edição desta Medida Provisória, aliada a aprovação da Reforma Trabalhista, representa mais um duro ataque contra as organizações sindicais, transformando-se em uma violação ao direito do trabalhador de ter a sua representação. Por isso, as centrais sindicais e entidades como OAB e buscam a imediata revogação da MP 873.

Câmara aprova projeto que torna crime o Assédio Moral



Os trabalhadores conquistaram uma vitória importante no combate à violência e pressão psicológica contra os trabalhadores. A Câmara dos

Deputados, aprovou no dia 12 de março um projeto de lei que torna crime o assédio moral no trabalho. "Ofender reiteradamente a dignidade de alguém, causando

sofrimento físico ou mental" poderá resultar para o assediador, de um a dois anos de reclusão. O texto agora segue para o Senado.

No Brasil, o assédio moral é prática comum e adoce milhares de empregados. Segundo pesquisa feita em 2015 com 5 mil trabalhadores de todos os Estados brasileiros, 52% dos empregados disseram já ter sido vítimas de assédio no ambiente de trabalho e 34% já presenciaram o fato.

Na legislação vigente, outros tipos de assédio também podem ser somados dependendo do caso, onde multas ao agressor chegam até R\$20 mil. O assédio sexual já é crime desde o ano passado.

É uma vitória importante para a categoria, pois os bancários estão entre os trabalhadores que mais sofrem assédio moral. Entretanto é preciso lutar para que a legislação prevê também o assédio institucional.

Segundo a diretora de saúde do Sindicato dos Bancários de Dourados e Região-MS, Ivanilde dos Santos Fidelis, temos verificado que na maioria dos casos, o assédio vem de cima para baixo, ou então, o banco faz vista grossa e isto tem ocorrido em várias agências bancárias, por isso trata-se de um ganho dos trabalhadores e trabalhadoras do ramo financeiro.

COE do Itaú cobra banco sobre demissões



Os representantes dos trabalhadores cobraram da direção do Itaú resposta sobre as demissões que vêm ocorrendo no país, principalmente na Área Operacional das agências. Essas demissões atingem funcionários com muitos anos de banco e que estão perto da pré-aposentadoria.

O movimento sindical recebeu denúncias de que vários gerentes

operacionais estão sendo demitidos por isso foi realizada uma reunião no dia 20/03, na sede da Contraf-CUT com a direção do Itaú para cobrar explicações sobre o tema e também sobre uma possível reestruturação nas agências.

Os representantes do banco disseram não ter nenhuma resposta imediata sobre os temas apresentados e se comprometeu a

levar os questionamentos para as áreas envolvidas e dar retorno posteriormente.

Os representantes do banco apresentaram números de demitidos e admitidos em 2018, sendo que o saldo de contratações foi positivo com um turnover de 10%.

Foram contratados 9.870 funcionários e demitidos 8.618. O mesmo ocorreu no mês de janeiro de 2019, quando foram admitidos 718 trabalhadores e demitidos 664.

Mesmo com estes números apresentados notamos que o banco está demitindo os bancários mais velhos e com salários maiores e contratando jovens com salários mais baixos. A maioria desses trabalhadores se dedicaram por mais de vinte anos ao banco e quando estão perto de se aposentarem são descartados em um verdadeiro ato de discriminação.

Além da pauta principal, a

Comissão de Organização dos Empregados (COE) aproveitou para questionar o banco sobre o reajuste de 11% no plano de saúde e solicitou a reativação do Grupo de Trabalho que debate questões relacionadas ao convênio médico, para que o tema voltasse a ser debatido com os trabalhadores.

O aumento da cobrança de metas do Agir também foi motivo de cobrança ao banco, além da burocracia para encaminhamento e retorno de documentos e outras solicitações à Área de Pessoas (RH), que está causando transtornos aos bancários.

O Itaú se comprometeu a dar retorno na próxima reunião que será agendada para abril, ainda sem data definida.

A COE ficou de encaminhar ao banco propostas a serem discutidas sobre programas próprios de remuneração, emprego e solicitou uma agenda para continuidade do debate do Grupo de Saúde.

Sindicato discute com superintendente demandas do BB



Os diretores do Sindicato dos Bancários de Dourados e Região MS, Ronaldo Ferreira Ramos, Carlos Longo e Raul Verão, estiveram reunidos no dia 13/03 com o Superintendente Regional do BB em Dourados, Adriano Henrique Boigues, para levar as reivindicações dos funcionários da nossa base sindical.

Os diretores fizeram um relato

dos problemas nas agências localizadas nos 13 municípios da nossa jurisdição, e a grande maioria sofre com a falta de funcionários, o que tem ocasionado sobrecarga de trabalho e tendo como conseqüências o elevado grau de stresse, pressão por parte dos clientes em razão da demora no atendimento ou nas respostas/solução de suas demandas,

levando alguns funcionários a afastarem-se para tratamento de saúde, aumentando ainda mais a sobrecarga no local de trabalho.

Outros assuntos que também foram debatidos, dizem respeito a ambiente insalubre constatado pelo sindicato, assédio por parte do Banco relacionado à CCV 7ª e 8ª horas, homologações fora do Sindicato e garantia de direitos preconizados na instrução normativa (IN).

Ao final da reunião os pedidos foram acolhidos pelo superintendente e o mesmo demonstrou disposição em buscar soluções daquilo que está dentro do seu poder de decisão, comprometendo-se em dar retorno com a brevidade que os mesmos requerem.

Parcelamento do adiantamento de férias

Uma das conquistas da Campanha Nacional 2018, poderá ser usufruída pelos bancários de todos os bancos, trata-se do parcelamento do adiantamento de férias em três vezes.

Alguns bancos já praticava esse benefício e agora todos os bancários foram contemplados e partir de 1º de abril quem precisa poderá solicitar na sua agência. Em caso de dúvidas o trabalhador deve buscar esclarecimentos junto ao sindicato.

Essa reivindicação foi fruto de muitos debates, principalmente com o Bradesco que foram contemplados, já que ao parcelar o adiantamento dá um bom respiro ao bolso no retorno das férias.

VENDA DE ATIVOS: O DESMONTE DA CAIXA A PASSOS LARGOS



Para reforçar a postura privatista já denunciada pelo movimento sindical, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, afirmou que as operações de abertura de capital de subsidiárias do banco "serão históricas". Mais uma prova de que os protestos dos empregados contra o desmonte não são em vão.

Pedro Guimarães que

participou da privatização do Banespa, Banerj e Banestado, afirmou que entrou em contato com investidores durante o Carnaval. De acordo com ele, "no exterior, as pessoas estão falando que as operações já estão compradas". Ainda declarou que está prevista para setembro a primeira venda, da Caixa Seguridade.

É fundamental que a mobilização seja mantida, pois a intenção é privatizar o que puder. É bom lembrar que o leilão da Lotex parte mais lucrativa das loterias estava marcado para o dia 26/3 e foi adiado para 26/4.

A Caixa é responsável por 90% do financiamento da moradia popular e por 40% da poupança. Atualmente, o banco possui 4,2 mil agências espalhadas por todo o país, inclusive onde os privados não têm interesse e atende 84,1 milhões de correntistas e poupadores.

Na área de asset (gestão de ativos), o crescimento superou o patamar de R\$ 1,8 bilhão em 2017. A previsão para 2018 é de R\$ 2,1 bilhões. No segmento de cartões, nos últimos cinco anos, os números foram superiores a R\$ 2 bilhões anuais. Portanto, não faz sentido privatizar.

Presidente do BB diz que seu desejo é ver o banco privatizado

Em entrevista concedida em 14/3, o presidente do Banco do Brasil Rubem Novaes disse que raciocina sempre levando em conta que a privatização do banco um dia virá. Demonstrando completo desconhecimento e total desprezo em relação aos quase dois séculos de história da instituição, ele manifestou opinião de que, privatizado, "o BB seria mais eficiente, ganhariam os funcionários, ganharia todo mundo".

As declarações do presidente do BB foram dadas no momento em que o balanço do exercício de 2018 do banco foi divulgado, com registro de lucro líquido de R\$ 13,5 bilhões – alta de 22% em relação ao ano anterior.

O movimento sindical bancário entende que é inconcebível ter na presidência do banco público um privatista que se orienta por suas convicções ideológicas, colocando-se em contraposição ao papel que a instituição de fato cumpre. "Se o sujeito é contra a existência de banco público, não conhece e sequer reconhece que ele tenha alguma função, não deveria estar ocupando a presidência, a não ser que tenha sido colocado ali com a única finalidade de desfigurar a instituição para vendê-la ou oferecer seu espaço no sistema financeiro à iniciativa privada.

Presidente do Santander fala em abrir banco em finais de semana



Sérgio Rial, presidente do Santander Brasil, parece não estar nem aí para os trabalhadores e mais uma vez desafia as leis brasileiras. Depois de empurrar os clientes para o autoatendimento, ele tenta retirar as portas giratórias, aparelhos de segurança necessários por lei em vários municípios do Brasil. Não contente,

ele quer que o bancário trabalhe nos finais de semana, ferindo a Lei 7.430 da CLT, além de tentar golpear uma conquista histórica da categoria.

Rial gravou um vídeo onde exalta sua família de origem espanhola e diz que o compromisso do Banco deve ser com a educação financeira do cliente, como se o bancário, agora, fosse um professor de final de semana. O que todos sabemos é que isto nada mais é do que enrolação para explorar ainda mais funcionários e clientes. E que também é incompatível com a antiga frase da responsabilidade social e o convívio com a família, utilizada para não pagar horas extras.

O movimento sindical alerta que isso é ilegal e não vamos

permitir que os trabalhadores bancários trabalhem aos sábados. A Lei 7.430 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) é específica, conforme o artigo 224, a duração da jornada dos empregados em bancos, casas bancárias e Caixa Econômica Federal será de 6 (seis) horas contínuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de 30 horas de trabalho por semana. (Redação dada pela Lei nº 7.430, 17/12/85, DOU 18/12/85) – CLT.

Portanto é ilegal as agências da Santander abrirem aos sábados e domingos para atender o público. Isto fere a Lei e é uma exploração do Santander em sua ofensiva para retirar direitos dos trabalhadores e engordar o capital dos banqueiros.